

Relatório de Estágio na Associação para a Igualdade AEQUALITAS

Imigração e integração: As Vítimas Invisíveis da Sociedade

Carolina de Almeida Durão Martins Prata

**Relatório de Estágio de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres: as Mulheres na
Sociedade e na Cultura**

Versão corrigida e melhorada após sua defesa pública.

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos das Mulheres: As Mulheres na Sociedade e na Cultura, realizado sob a orientação científica da Prof. Doutora Dalila Cerejo.

AGRADECIMENTOS

O meu percurso académico tem sido marcado por muitas lutas internas e externas. As mudanças no panorama sociopolítico, acompanhadas das transformações por que passa uma pessoa com o passar do tempo, tornaram certas fases deste processo difíceis de ultrapassar, não só para mim, mas também para os meus pares.

Não obstante, a redação e finalização deste relatório é, sem dúvida, um encerramento extremamente gratificante deste capítulo da minha experiência académica. Durante todo este percurso, tive as pessoas mais importantes da minha vida a soprar o vento nas minhas velas. À minha família, e mais concreta e inequivocamente à minha mãe, deixo aqui um sincero “obrigada”, pois tornaram esta viagem muito mais fácil de suportar com a sua crença inabalável naquilo que posso alcançar.

Por último, mas nunca menos importante, deixo aqui uma menção especial à minha orientadora, professora Dalila Cerejo, que me apoiou quando as circunstâncias eram particularmente difíceis, e se certificou de que eu levava a cabo os meus objetivos e missão.

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA ASSOCIAÇÃO PARA A IGUALDADE AEQUALITAS.
IMIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO: AS VÍTIMAS INVISÍVEIS DA SOCIEDADE
CAROLINA DE ALMEIDA DURÃO MARTINS PRATA**

RESUMO

O presente relatório marca o último passo de um estágio curricular, de 800 horas, na Associação para a Igualdade AEQUALITAS, entre 20 de outubro de 2023 a 20 de março de 2024.

Sucintamente, o primeiro capítulo serve para caraterizar e esclarecer o historial da entidade acima mencionada. Os capítulos seguintes vão elevar as experiências de que tive o privilégio de fazer parte e que me levaram à inevitável escrita do meu próprio projeto, que comecei a escrever por volta de dezembro de 2023.

A parte final deste relatório centrar-se-á no meu projeto em si, bem como na forma como tudo o que vivi neste estágio se relaciona com o que aprendi durante o meu percurso académico. Por último, serão revistas algumas questões e problemáticas para finalizar o relatório.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, mulheres negras, imigração, interseccionalidade, bairros sociais, integração.

IMIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO: AS VÍTIMAS INVISÍVEIS DA SOCIEDADE
CAROLINA DE ALMEIDA DURÃO MARTINS PRATA

ABSTRACT

This report marks the last step of an 800-hour internship at the Association for Equality AEQUALITAS, from October 20th, 2023 to March 20th, 2024.

Briefly, the first chapter serves to characterize and clarify the history of the aforementioned non-governmental association. The following chapters will highlight the experiences I had the privilege of being part of and that led me to the inevitable writing of my own project, which I started writing around December 2023.

The final part of this report will focus on my project itself, as well as how everything I've experienced in this internship relates to what I've learned during my academic journey. Finally, some questions and issues will be reviewed and revisited in order to conclude the report.

KEYWORDS: women, black women, immigration, intersectionality, housing districts, integration.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	7
INTRODUÇÃO.....	8
1.1. Enquadramento teórico	9
1.2. Contextualização do projeto e do estágio.....	10
CAPÍTULO I: APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	12
CAPÍTULO II: METODOLOGIA DO TRABALHO	16
1.3. Project Horizons: Ensinaamentos e Questões de Investigação	17
1.4. VIII Seminário de Equidade e Inclusão.....	19
CAPÍTULO III: ERASMUS+: UMA OPORTUNIDADE	22
1.5. Sessão de Formação “Bridging Boundaries: Empowering Civil Society with Intercultural Media Campaigns”	24
CAPÍTULO IV: LISBOA ESCONDIDA.....	29
CAPÍTULO V: PROBLEMAS TEÓRICOS QUE SURGIRAM AO LONGO DO ESTÁGIO.....	33
1.6. A “feminização da sobrevivência”	34
1.7. Quando se existe na intersecção do preconceito	36
1.8. As Mulheres que sustentam	39
CAPÍTULO VI: COMENTÁRIOS FINAIS	40
CONCLUSÃO.....	44

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ONG – Organização não governamental

OSMOPE – Organização Social do Movimento das Pontes Educativas

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

TCR – Teoria Crítica da Raça

INTRODUÇÃO

O presente relatório surge na sequência da finalização de um estágio, de 800 horas, realizado na Associação para a Igualdade Aequalitas, de 20 de outubro de 2023 a 20 de março de 2024, para obtenção do grau de Mestre em Estudos Sobre as Mulheres: as Mulheres na Sociedade e na Cultura.

O meu percurso académico tem sido tudo menos linear. À medida que os meus gostos foram mudando e as minhas convicções amadureciam, comecei a aperceber-me de que faltava algo na minha formação. Durante a minha licenciatura, em Relações Internacionais, dei por mim a desejar que certos temas fossem aprofundados. Os direitos humanos, mais concretamente os direitos e as lutas das mulheres, raramente foram abordados e, quando surgia a rara ocasião de os abordar, o momento era fugaz. Diria que este fator me levou a procurar opções mais gratificantes. Opções que me permitissem explorar os temas sobre os quais estava desesperada por saber mais. Felizmente, foi precisamente isso que aconteceu durante o meu mestrado.

À medida que certos temas eram abordados, apercebi-me de que a opção mais proveitosa para alguém como eu seria ir diretamente para o terreno. Assim, escolhi fazer estágio. Escolhi a Associação para a Igualdade Aequalitas, uma ONG humanitária baseada no Bairro Alto em Lisboa, precisamente porque os temas que mais abordavam era a juventude e a imigração, o que me permitiria esclarecer diretamente determinados assuntos, em vez de apenas ouvir falar deles durante as aulas académicas. Esta Associação, e como irei descrever nos pontos seguintes, é nova, mas já marcou presença em alguns projetos sociais, ambientais e de interação direta com a comunidade, contudo, tem bastantes obstáculos no seu caminho, algo que afeta não só a Aequalitas mas, ainda, várias ONG's mais pequenas. Tudo isto permitiu-me escolher a problemática do meu estágio, que são as vítimas invisíveis da sociedade, as mulheres das comunidades mais sensíveis de um bairro social, e como a sua marginalização afeta a sua convivência em sociedade.

De referir que o processo de estágio foi um tanto quanto complicado – a associação onde estagiei referiu, várias vezes, que não estaria pronta para receber, na sua sede, estagiários, mas, sim, enviá-los para o estrangeiro de modo a realizar tarefas mais práticas. Esta associação, tendo muito pouco tempo de vida, poucas pessoas e pouca experiência no ramo onde se encontra, recorre muito aos recursos humanos, isto é, aos seus estagiários,

para cumprir a sua missão, que, no caso, é a de alcançar, ou contribuir para uma sociedade mais equitativa. Infelizmente, o meu estágio baseou-se muito na escrita de um projeto que irá ser descrito durante este relatório, projeto esse que escrevi sozinha e sem muitos conhecimentos ou recursos para melhorar o trabalho que ia realizando.

Neste relatório, em primeiro lugar, apresentarei esta organização não governamental, a sua missão, o seu impacto social e os seus projetos anteriores. Em seguida, não descreverei tanto as minhas tarefas antes de me ser proposto desenvolver o meu próprio projeto, mas apresentarei as experiências em que tive o privilégio de participar e que me inspiraram a afunilar as minhas ideias para o mesmo. Dito isto, torna-se vital explicar como me foi apresentada esta opção de escrever um projeto. A associação, ao ter os seus projetos financiados pela União Europeia, tem de seguir determinadas regras e pré-requisitos para que as suas ideias sejam aprovadas, que foi precisamente o que tive de fazer para o meu projeto. Nesta parte, vai ser explicado, sucintamente, o método de avaliação destes projetos, que fez com que o meu próprio projeto fosse aprovado.

Em seguida, será explicado o meu projeto. As suas metas, missão, objetivos e atividades a realizar com as participantes. Explicarei também porque é que o grupo-alvo foi escolhido e porque é que é importante trabalhar com estas comunidades. Assim, chegamos à fase final do relatório, onde irei rever certas questões e explico as problemáticas que surgiram durante a minha investigação, redação do projeto e estágio em geral.

Ao longo do meu processo académico, sempre soube que concentrar-me naqueles que têm menos alcance social do que eu era a chave para melhorar as nossas comunidades. Acredito que começar o nosso trabalho por baixo, elevando as vozes que raramente são ouvidas em muitos espaços, não é apenas intelectualmente enriquecedor, mas também culturalmente significativo.

1.1. Enquadramento teórico

Na pesquisa realizada para determinar o grupo-alvo do meu projeto, constatei que as pessoas que vivem em bairros de habitação social vivem sob uma micro-segregação imposta, onde o próprio bairro está isolado de bairros vizinhos. O grau de segregação

varia de bairro para bairro, contudo, o sentimento de isolamento parece ser o fator comum para estas populações (Carreiras, 2018).

É importante relacionar o tipo específico de opressão que as pessoas destes bairros sofrem com o facto de as mulheres serem, em particular e como é habitual, as vítimas mais comuns nestes ambientes. Para isso, utilizarei a interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (1992) para explicar como é que esta sobreposição de discriminação ocorre para as participantes e como isso intensifica a sua experiência enquanto mulheres imigrantes, ou filhas de imigrantes, negras e sem qualquer poder económico, que se contrapõe não só ao patriarcado capitalista e branco do ocidente, ou de Portugal, onde estas mulheres se encontram na base da cadeia alimentar, mas, ainda, ao feminismo *mainstream*, ou feminismo branco, que domina as narrativas feministas em muitos espaços.

Para além disso, ao longo deste relatório irei, ainda, recorrer à Teoria Crítica da Raça (TCR) para abordar determinados tópicos. Não farei referência direta à TRC, mas utilizarei o pensamento da mesma para as minhas pesquisas. A TRC faz questão de salientar como a cor da pele de uma pessoa afeta as suas experiências diárias e a sua existência em geral. Desafia a ideia de que os pensamentos e sentimentos de um indivíduo devem ser policiados simplesmente porque se é negro e questiona a ideia do “branco” como norma (Taylor et al., 2016). Combinarei esta linha de pensamento com o feminismo interseccional, acrescentando o género a esta equação.

1.2. Contextualização do projeto e do estágio

Antes de passar a temas mais concretos do meu relatório, gostaria de dar uma breve explicação sobre a razão pela qual certos assuntos estão escritos de determinadas formas. De forma menos críptica, devo confessar que este estágio foi pouco ortodoxo, algo que me apanhou extremamente de surpresa. Ao longo deste relatório, o leitor irá reparar na forma como o meu projeto foi escrito, ao que devo avisar que posso contradizer-me nos capítulos seguintes por uma razão: este projeto é diferente do que se pode desenvolver com um grupo de trabalho numa empresa; numa universidade ou, até, em organizações não governamentais de maior dimensão. O projeto deste relatório foi escrito, e note-se que digo escrito e não desenvolvido, precisamente devido à forma como este estágio foi

realizado, e apresentado através de um programa da União Europeia. Este programa tem como objetivo permitir que os jovens, principalmente aqueles com menos oportunidades, possam intervir nas suas próprias comunidades ou mesmo no estrangeiro, em diferentes tipos de atividades humanitárias. Isto significa que as expectativas e critérios são intencionalmente menos exigentes para evitar o elitismo, uma vez que estes programas estavam anteriormente demasiado centrados em académicos e investigadores já inseridos nestes ramos e investigações. Nesse projeto, foi-me pedido, repetidamente, que fosse hiperespecífica em relação a quem queria que fosse o meu grupo-alvo, algo que colide com a minha convicção pessoal de nunca generalizar uma comunidade, uma comunidade que não conheço; uma comunidade que, muitas vezes, vive à margem da nossa sociedade ocidental eurocêntrica. Avisei que não tinha experiência neste campo, incluindo o facto de nunca ter estado em contacto com estas mulheres, mas a minha tarefa era afunilar o meu grupo, de uma forma que pode até ser percecionada como ofensiva. É importante dar ao leitor este contexto, uma vez que se trata de algo com que me debati. Ao longo deste relatório, faço questão de referir, várias vezes, que não tenho experiência, e que quaisquer lacunas no meu projeto podem dever-se a essa falta de experiência. Contudo, devo admitir que a forma como o processo se realizou não favoreceu, de maneira alguma, o projeto em si.

Ao longo da minha experiência durante o estágio, houve vários momentos em que senti que poderia ter feito mais se tivesse tido mais tempo e mais recursos à minha disposição. Isto pode ser um comentário direto da dificuldade que as organizações não governamentais têm em alcançar o impacto social, uma vez que me vi várias vezes confrontada com o facto de o que desejava atingir estar fora do meu alcance. Foi precisamente isto que aconteceu durante uma sessão de formação de que fiz parte, onde poderia ter tido a oportunidade de desenvolver a minha própria campanha para o meu projeto, de modo a dar-lhe mais credibilidade, mas tal seria impossível. O desenvolvimento de uma campanha não é fácil, especialmente para uma pessoa que não tem experiência alguma no assunto. A ideia em si estava lá, mas quando se tratava de questões relacionadas com os custos, os materiais específicos utilizados para os vídeos e infográficos, meios de comunicação, entre outros, rapidamente cheguei à conclusão que não iria conseguir dedicar tempo algum à ideia, visto que já estava a escrever um projeto sozinha.

Um outro obstáculo no meu caminho foi o facto do meu grupo-alvo ser bastante sensível, algo que se tornou-se particularmente óbvio – trata-se de um trabalho que não conseguiria realizar sozinha, não só porque existe tanto que ainda não sei, mas também porque não queria que os meus esforços fossem medíocres. Acredito veemente que, para uma iniciativa deste calibre, são necessários especialistas, e, apesar de ser uma jovem motivada, tenho noção de que tenho as minhas limitações no que diz respeito a organizar projetos humanitários.

Devo também referir o facto de parecer haver poucos ou nenhuns exemplos de iniciativas em bairros sociais, especialmente no que diz respeito a projetos com foco nas mulheres negras, o que significa que me senti como se estivesse a navegar em novas águas. Foi-me dito, várias vezes, e até por membros da Câmara de Loures, que este tipo de projetos e ideias são difíceis de concretizar precisamente porque estes grupos estão isolados e aparentam ser inalcançáveis. Isto demonstra como estes projetos são subfinanciados e estas áreas do nosso país praticamente ignoradas. Não há absolutamente nenhuma razão para que um país de imigrantes ignore estas questões quando há pessoas que querem fazer algo a este respeito.

O carácter mais antagónico destes bairros não desaparecerá com um policiamento excessivo das comunidades em questão. Trata-se de um problema humanitário, onde dezenas de pessoas vivem em condições precárias, indesejadas por qualquer pessoa. Em vez de isolar as pessoas que vivem nestes espaços, deveríamos perguntar aos habitantes destes bairros como se sentem ao viver à margem da sociedade.

CAPÍTULO I: APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A Associação para a Igualdade AEQUALITAS é uma Organização Não Governamental (ONG), nascida em 2020, em Lisboa. Apesar do seu curto período de vida, a AEQUALITAS já teve a oportunidade de intervir nos espaços que considera o seu foco, como por exemplo jovens e imigrantes. O seu principal objetivo, de acordo com o site oficial para a associação, é "alcançar a equidade social, promovendo os direitos e interesses específicos das minorias e dos grupos mais desfavorecidos, através da criação

e implementação de projetos e iniciativas que contribuam para a capacitação dos nossos públicos-alvo"¹.

Não obstante, é importante referir o óbvio: tendo sido fundada em 2020, o contexto socioeconómico da altura, graças à pandemia de COVID-19, era extremamente duro. Havia muito mais pessoas a precisar de ajuda, sim, mas não seria fácil para uma entidade não governamental criar raízes num mercado já algo saturado de ONG's portuguesas. Isto obrigava a que a AEQUALITAS se destacasse das demais e, de certa forma, foi o que aconteceu. Antes de entrar para a associação, tomei a liberdade de pesquisar as atividades em que a mesma tinha estado envolvida recentemente. Como a entidade tem pouco tempo de vida, não havia muito a assinalar, mas pelo que vi, o facto de ter nascido em plena pandemia não a impediu de tentar intervir junto das comunidades locais. Isto foi facilitado pelo facto de a associação estar em grande contacto com as entidades da União Europeia – note-se que cada projeto é, até, financiado pela União Europeia. Assim, todas as atividades praticadas pela AEQUALITAS têm de ir ao encontro dos valores europeus, bem como a missão europeia. estas normas são obrigatórias, especialmente quando se trata de projetos – trata-se do desenvolvimento sustentável; a erradicação da pobreza; a proteção e promoção dos direitos humanos, entre outros.

Quanto aos exemplos de projetos em que a associação participou e de que foi responsável, há alguns que merecem ser mencionados. Primeiro, um projeto comunitário, *European Youth Community Radio*, uma ideia de projeto que foi idealizada durante a pandemia e concretizada, pela AEQUALITAS e muitas outras associações europeias, tendo a primeira levado a cabo a ideia no início de 2023.

O objetivo deste projeto é algo autoexplicativo dado o seu título. A ideia principal era dar voz aos jovens, especialmente aos que têm menos oportunidades, pois muito se perdeu durante a pandemia, não apenas vidas. O objetivo era promover a cidadania ativa, o pensamento crítico em relação a questões sociais, a melhoria das capacidades de debate e a concentração na discussão de "questões-chave na construção em curso do Projeto Europeu", como é descrito na página oficial desta iniciativa. Foram 5 os parceiros do projeto, incluindo a AEQUALITAS, todos de diferentes países da UE, e estas mesmas entidades foram responsáveis por assegurar a participação de jovens socialmente desfavorecidos, que estariam presentes durante todo o processo. Dito isto, a

¹ Site oficial da AEQUALITAS – <http://aequalitas.pt/en/>

AEQUALITAS, através da sua participação, desenvolveu 11 episódios de rádio comunitária curtos, semelhantes a um podcast, intitulados *IGPSFM Portugal*, sendo o primeiro publicado em fevereiro de 2023, e o último em outubro do mesmo ano. Este projeto, ao englobar todas as associações envolvidas teve uma duração total de 26 meses, com início em 31 de maio de 2021.

Um outro exemplo de projeto, desta vez de autoria própria da associação, é o da “Arte no Bairro”, que teve como objetivo unir através da arte. Abrindo um espaço para diferentes tipos de expressão artística, os artistas locais e residentes da cidade de Lisboa familiarizaram-se com os seus vizinhos do bairro. De abril a outubro de 2022, a sede da associação abriu as suas portas à comunidade. Em abril, realizou-se uma atividade de inclusão social através da música. Em maio, abriu-se uma workshop de *slam poetry*, poesia falada pelo artista. Em junho, fez-se uma exibição de fotografia. Em julho, organizou-se um espaço de dança apenas para mulheres, para promover o empoderamento feminino através do movimento do corpo. Em agosto, convidaram-se artistas para exemplificarem a expressão e identidade através das artes performativas e, por fim, em outubro, o foco foram as “latinidades”, onde se promoveu a interculturalidade luso-latina através de vários tipos de arte.

Um último exemplo que caracteriza as atividades e missão da associação AEQUALITAS durante o seu curto tempo de vida é o projeto *Once Green, Always Green*, que consistiu em reunir jovens de diferentes países da União Europeia para debater todos os assuntos relacionados com o ambiente, tendo em conta as diferenças nas práticas sustentáveis de cada país. Cada país participante encarregou-se de organizar diferentes tipos de workshops, sendo que o grupo português escolheu como temática que tipo de práticas de sustentabilidade no local de trabalho se podem ensinar. De referir que, graças a este projeto, a Associação para a Igualdade AEQUALITAS recebeu um prémio, de “Projetos Inspiradores” em 2023, numa cerimónia organizada pela Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade e a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, de acordo com a informação publicada na página de Facebook oficial da associação.

Para melhor explicar a influência da AEQUALITAS, torna-se vital referir a informação que me foi transmitida em outubro de 2023, dias antes de eu iniciar o meu estágio. De acordo com os representantes da associação, a sede da mesma não está propriamente preparada para receber participantes. O seu papel resume-se, na maior parte dos casos, a

enviar jovens interessados em participar em iniciativas humanitárias, como voluntariados e projetos de associações parceiras. Esses jovens podem nem estar ligados à associação ou fazer parte da equipa da mesma. Como se pode verificar ao visitar as redes sociais da AEQUALITAS, a maior parte das publicações servem para promover oportunidades de voluntariado noutros países da União Europeia.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA DO TRABALHO

Os primeiros meses de trabalho na AEQUALITAS foram menos centrados no que me levou a desenvolver um projeto próprio, a maior parte dos quais estava relacionada com o planeamento de reuniões e eventos, a comunicação com outras organizações não governamentais (ONG's) e a contribuição para o conhecimento através da investigação sobre temas diretamente relacionados com o Género.

Com o passar do tempo, o meu papel começou a solidificar-se. Aqui, o objetivo da associação era claro, tal como está escrito no seu *website* oficial - dar-me a oportunidade de desenvolver as minhas próprias ideias relativamente a um tópico à minha escolha. Depois de me ter perguntado se eu gostaria de desenvolver um projeto com a associação ou não, o foco do meu trabalho passou inteiramente para a redação do projeto, o que foi um desafio em várias áreas. No entanto, é importante mencionar os acontecimentos que me levaram a acreditar que poderia realizar uma iniciativa própria, o que implica alguma contextualização.

A minha primeira experiência com a escrita de projetos começou no próprio mês em que se deu o início oficial do estágio. Nessa altura, a ideia de desenvolver um projeto ainda não estava presente na minha lista de prioridades. Contudo, era claro que o meu percurso de estagiária estava a ser um tanto quanto afunilado para essa tarefa. Dito isto, voltemos ao que me levou a realizar as minhas ideias.

No final de outubro de 2023 tive a oportunidade de fazer parte de uma experiência extremamente gratificante na Grécia, onde, com mais dois colegas enviados pela AEQUALITAS, participei num curso de formação, *Project Horizons*, liderado pela ONG *Babilon Travel*, da Roménia. Logo de seguida, em novembro, estive presente no oitavo seminário Erasmus+ Equidade e Inclusão, na Escola Superior de Educação de Lisboa. Mais uma vez, o tópico girou em torno da escrita e aplicação de diferentes projetos, vários exclusivamente em território nacional. Após estas duas experiências, a tarefa a ser feita era clara e iniciei o processo de contemplação e, logo depois, de escrita, sendo que a problemática para o estágio que decidi escolher foi o de Mulheres e Imigração, e como é que se existe quando se vive nas margens da sociedade.

1.3. Project Horizons: Ensinaamentos e Questões de Investigação

Uma semana de trabalho que ficará para sempre na minha memória, quase como uma marca da minha entrada no mercado de trabalho. Antes de viajarmos para a Grécia, foi pedido ao grupo, a mim e a dois outros colegas, que trouxesse as suas próprias ideias de projetos para o curso de formação, uma vez que o objetivo deste último era reunir associações, encontrar parceiros de projeto e fazer avançar o processo de escrita em conjunto. Cada um dos meus colegas tinha as suas ideias. Contudo, eu optei por desempenhar um papel diferente na equipa, um de escuta e de aprendizagem, optando por apoiar todos os outros para poder crescer como profissional e, talvez, escrever um projeto no futuro. Consciente das minhas limitações, decorrentes da falta de conhecimentos na área, achei mais vantajoso conter a minha criatividade e aprender primeiro com as minhas experiências, o que me pareceu ter sido a escolha certa.

Oferecendo a minha ajuda aos dois membros do grupo, fazendo sempre com que tivessem em conta a temática do género² durante a escrita das suas ideias, pensei, inicialmente, que iria assumir um papel mais passivo na Grécia, mas não foi esse o caso. No nosso primeiro dia de trabalho, a *Babilon Travel* deu prioridade às apresentações das associações, incluindo a AEQUALITAS, e explicações sobre a natureza dos projetos. A conversa foi demasiado breve, para mim, uma vez que estávamos entre especialistas, logo, não seria necessário gastar muito tempo a explicar aquilo que a maioria já sabia, e apenas quatro pessoas tinham uma idade que se aproximava da minha. Independentemente de tudo isso, apercebi-me que só ao fazer é que teria a oportunidade de aprender, e foi precisamente isso que ocorreu.

Havia uma longa lista de associações por onde escolher, sendo que, entre elas, países como Espanha, Turquia, Albânia, Roménia, Sérvia, Grécia e Geórgia se viam representados. Num momento em que cada organização fez uma breve apresentação da sua ideia de projeto, procedeu-se depois a uma votação para decidir quais os projetos que seriam trabalhados em conjunto, isto pois, ao concorrer para a aprovação do mesmo, a entidade responsável, neste caso agências nacionais, pela leitura da candidatura tem em conta a quantidade de parceiros associados a um determinado projeto, dando valor a isso

² Neste ponto, convidei os meus colegas a terem em conta o facto de certos temas poderem vir a ser objeto de uma nova reflexão a partir do momento em que nos interrogamos sobre o impacto que certas questões podem ter sobre as mulheres em comparação com os homens.

mesmo. No caso das ideias dos colegas da AEQUALITAS, faltou-lhes um voto cada para que as suas ideias fossem trabalhadas ativamente durante essa semana, assim, o grupo separou-se e focou-se em ajudar as outras associações com os seus projetos. Isto não significa que as suas iniciativas foram rejeitadas – uma colega em particular avançou com a sua ideia, juntou as organizações que se interessaram na mesma e continuou a escrever o seu projeto mesmo após a semana de trabalho na Grécia ter finalizado.

Dito isto, a AEQUALITAS esteve presente durante a redação dos projetos da Espanha e da Turquia, sendo que eu trabalhei no último mencionado. Ao longo desta experiência, ficou claro que o nosso grupo, onde, curiosamente, se reuniram todos os jovens presentes na formação, tinha muito menos experiência do que todos os restantes, onde se juntaram os especialistas no assunto. Isto desencadeou uma série de dificuldades, bem como ensinamentos sobre trabalho de equipa, resolução de problemas, e reformulação de ideias.

Ao contrário do que esperava, o meu papel baseou-se muito menos na criatividade e investigação. Enquanto alguns membros do grupo participaram em sessões de *brainstorming* sobre as atividades que seriam realizadas ao longo do projeto, eu concentrei-me em recolher as informações sobre as associações parceiras para as inserir no formulário de candidatura para justificar a sua participação no projeto turco. Isto significou falar com os participantes de outros países durante a maior parte do tempo, bem como adaptar as suas experiências e envolvimento em projetos anteriores para que tudo estivesse de acordo com a ideia do projeto. Ao longo deste processo, tive a oportunidade de intervir em vários assuntos diferentes relacionados com o tema em questão, que era a saúde mental dos jovens, incluindo jovens com certos graus de incapacidade física e/ou mental. Infelizmente, houve muito pouco espaço para aplicar uma perspetiva de género ao assunto, uma vez que não era esse o objetivo da associação que encabeçava o projeto e alargar a temática do mesmo era desaconselhado. No entanto, esse mesmo fator deu-me tempo para me questionar sobre o que seria uma boa ideia de projeto para a minha comunidade e para o meu país, e como me poderia concentrar inteiramente nas mulheres de grupos marginalizados, atribuindo aquilo que estava a aprender durante a minha formação académica de Mestrado.

Ocorreram alguns contratemplos, todos relacionados com a nossa falta de experiência, algo que foi discutido durante as últimas sessões de trabalho, mas, mesmo assim, a informação obtida durante a atividade, especialmente tendo em conta o facto de ter representado a minha entrada no mundo da escrita de projetos, foi imprescindível. Nesta

semana, a problemática do estágio já estava escolhida – tendo sido inspirada pela presença de países dos Balcãs e da Europa do Leste, pensei em quão errada a típica estereotipização dos nossos vizinhos é. Aqui, questões que acabaram por orientar a minha investigação surgiram: Como deve ser lidar com um país cuja cultura é plenamente diferente da nossa de origem? Se se atribuir uma lente de género ao assunto, como se sentem as mulheres imigrantes que se deslocam para Portugal em busca de uma vida melhor para acabar em comunidades isoladas e distantes do resto do país, por vezes num sentido mais literal da palavra, mas, também, de uma forma metafórica? Como é que a temática da etnia afeta toda esta discussão?

As bases da ideia estavam lá. Faltava, contudo, um pilar mais forte que me desse a capacidade para arriscar e avançar com aquilo que gostaria de explorar. É precisamente aqui que surge o VIII seminário Erasmus+ Equidade e Inclusão.

1.4. VIII Seminário de Equidade e Inclusão

Este seminário foi mais uma fonte de aprendizagem no que diz respeito à elaboração de projetos. Forneceu-me as restantes ideias necessárias para consolidar a minha posição sobre qual seria a problemática escolhida para o relatório final e, ainda, para a minha proposta apresentada a ambos os orientadores.

Durante esta experiência, tive a oportunidade de me familiarizar com algumas mentes brilhantes do nosso país, cujo trabalho girou, de forma geral, em torno da inclusão, da diversidade e do desejo de promover a equidade. Houve duas apresentações de projetos que me inspiraram em particular. Primeiro, a apresentação do Doutor Paulo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão, que ganhou o prémio de bronze nas Capitais Europeias da Inclusão e da Diversidade 2023, cujo testemunho me ajudou a afunilar as minhas ideias. Reforçando a ideia de que o município já a algum tempo sofre de um processo de dispersão da sua população, sendo que o próprio Presidente da Câmara afirmou que são “um município de diáspora, de migrações” e que perderam “metade da população numa geração” (*VIII Seminário: Equidade E Inclusão ERASMUS+*, 2023). As experiências de inclusão dos portugueses nos países para onde imigraram serviram, então, como lição para os responsáveis no que diz respeito à matéria de inclusão e imigração. Aqui, surge a ideia de que se um concelho se quer desenvolver, tem de abrir as suas portas

à imigração e, subsequentemente, aos imigrantes, independentemente do seu país de origem. Para o Fundão, o processo de inclusão passou por várias áreas, e as boas práticas e resultados do concelho são prova de que todo este processo é possível e extremamente benéfico para uma comunidade. Aqui, foi aberto um centro de acolhimento, público, para trabalhadores temporários agrícolas, o único no país; foram criados uma residência de estudantes para imigrantes de países africanos e um centro de apoio a refugiados, sendo que, quando Portugal aceitou a receção de refugiados a bordo do navio *Aquarius*, 19 desses mesmos refugiados encontraram asilo no Fundão (Figueira, 2018).

Durante esta apresentação, questionei-me sobre diferentes ideias, tais como como poderia chegar a uma comunidade de imigrantes e como poderia ajudá-los depois de estabelecido um primeiro contacto. Como a inclusão social pode ser difícil para comunidades com origens, culturas e credos completamente diferentes dos que se encontram na maioria da população portuguesa e como influenciar estas comunidades de forma suficientemente positiva para que elas se interessem em contribuir socialmente para um país e participar ativamente na sociedade civil. Antes de mais, todo este processo passou por uma tomada de consciência inicial. Ou seja, se se pretende ter um impacto positivo na comunidade, tem de se ir ao encontro dos mais desfavorecidos, o que parece ser uma grande dificuldade que as entidades têm, devido a vários fatores.

A segunda apresentação que me impactou bastante foi a de Sílvia Berény, Presidente da Direção e Diretora Pedagógica da OSMOPE (Organização Social do Movimento das Pontes Educativas). Tendo consciência do facto de que, se eu quisesse realizar um projeto, as participantes teriam de ser apenas adultas e não crianças, a primeiro relance as ideias deste movimento pedagógico não estariam relacionadas com o que eu pretendia fazer. Porém, a verdade é que me deu as bases para lançar as minhas ideias de uma forma mais concreta. Durante a apresentação da Doutora Berény, discute-se a ideia de que não é possível amar uma cidade que não se conhece e que é extremamente importante fazer com que as crianças tenham consciência dos elementos da sociedade e que percebam que fazem parte de um todo, que a cidadania não se aprende, mas vive-se – tudo isto para prevenir que o processo de exclusão se agrave durante a adolescência e a vida adulta destes indivíduos.

Ora, o que acontece quando se conversa com uma comunidade de imigrantes, residentes em bairros desfavorecidos, bairros sociais mais especificamente, de primeira e segunda gerações que não só têm a desvantagem social de fazer parte de culturas que não vão ao

encontro do ideal europeu, mas, ainda, que já se desenvolveram para além da idade em que ainda seria possível reverter possíveis interiorizações de ensinamentos não tão corretos ou até pensamentos de auto-aversão nocivos para a sua existência? Como é que se pode aproximar estas pessoas do resto do país, da cultura, de espaços diferentes, e por aí adiante, quando os seus hábitos já estão consolidados? Trata-se de um desafio diferente, mas importante de analisar.

Esta apresentação levantou, ainda, a questão das relações familiares, visto que a infância representa o momento da vida das crianças em que existe mais contacto familiar, nomeadamente com os pais. Ao envolver os pais nas atividades levadas a cabo pela OSMOPE, é, assim, possível atingir uma comunidade mais alargada. Mais uma vez, esta ideia levou-me a pensar no facto de que existe um problema de gravidezes na adolescência nos bairros mais desfavorecidos (Carmona, 2018), onde, para além de isto implicar uma certa limitação da literacia em saúde, as jovens grávidas, influenciadas pelo ambiente que as rodeia, pelas suas crenças, as suas famílias e o seu contexto educacional, acabam por construir a sua identidade usando as ferramentas que têm ao seu dispor – um comportamento humano básico. Ora, isto vai fazer com que se forme um círculo vicioso, onde, devido a vários fatores, nomeadamente o contexto socioeconómico destas pessoas e com uma falta de perspetiva do futuro, as crianças inseridas nesses ambientes acabem por seguir um percurso semelhante ao que já é observado entre estas comunidades. Ou seja, mesmo se o grupo-alvo de o meu projeto não for jovens mães residentes do mesmo bairro social, a probabilidade de ser essa a realidade vivida pelas participantes é alta.

Falou-se, ainda, da importância de um indivíduo sentir que faz parte do lugar onde habita. Curiosamente, uma das ideias que tinha para o meu projeto era ajudar um grupo de mulheres imigrantes a sair do bairro social para poderem procurar um futuro mais estável noutro local, mas à medida que me debruçava sobre isto, tornou-se claro que o trabalho de construção da comunidade é igualmente importante, para que o próprio bairro não seja esquecido. Veja-se que, num artigo que reforça o facto de os bairros sociais de Lisboa lutarem pelo seu direito ao acesso a espaços verdes, um testemunho de uma moradora de um bairro social em Marvila confirma a ideia de que é, mesmo, impossível para alguns amar e cuidar de algo de que não se sente parte. Neste bairro em particular, a moradora deu a oportunidade a uns jovens, que anteriormente destruíam os canteiros do bairro onde a moradora plantava as flores, de participarem na sua iniciativa comunitária e de ajudarem

a cuidar do espaço partilhado entre todos. Este sentimento de pertença trouxe um novo valor para os jovens, onde a proteção e o cuidar substitui a destruição (Carmona, 2018).

Foi a partir de todas estas conclusões às quais cheguei no decorrer de este seminário que formulei as minhas ideias e parti para a escrita do projeto.

CAPÍTULO III: ERASMUS+: UMA OPORTUNIDADE

Para explicar como me foi dada a oportunidade de desenvolver o meu próprio projeto durante o meu estágio, é necessário referir-me ao programa do Corpo de Solidariedade ERASMUS+, que permite a um jovem, ou um grupo de jovens, especialmente aqueles com menos oportunidades³, apresentar e submeter o seu projeto na plataforma ERASMUS+.

O Corpo Europeu de Solidariedade foi criado precisamente para apoiar os jovens, dos 18 aos 30 anos, dando-lhes a oportunidade de melhorarem as suas próprias comunidades, facilitando o seu acesso e participação em atividades de solidariedade, voluntariado e iniciativas humanitárias. Este programa cria mais oportunidades em vários domínios, tais como "a integração dos migrantes, os desafios ambientais, a prevenção de catástrofes naturais, a educação, as atividades relacionadas com a juventude, a preservação do património cultural e a ajuda humanitária", de acordo com o Guia do Corpo Europeu de Solidariedade. A finalidade é incentivar os jovens a tornarem-se cidadãos ativos, agentes de solidariedade e impulsionadores de mudança. Tudo isto vai ao encontro dos valores da União Europeia.

Dito tudo isto, o que é um projeto de solidariedade? De acordo com o Guia acima referido, que tive de ler para desenvolver o meu próprio projeto, um projeto de solidariedade é uma atividade, no caso, humanitária, sem fins lucrativos, iniciada, desenvolvida e realizada por um grupo de jovens por um período de 2 a 12 meses, sendo que o último foi o período atribuído à minha iniciativa. Ao redigir este projeto, apercebi-me rapidamente de que tinha de recordar os valores escritos da União Europeia ao longo do mesmo, e de que forma a minha atividade poderia beneficiar a comunidade que pretendia atingir, que no

³ De acordo com o Guia do Corpo Europeu de Solidariedade, dizem-se "jovens de menos oportunidades" aqueles que se "encontram numa situação de desvantagem em relação aos seus pares porque enfrentam um ou mais fatores de exclusão e obstáculos".

caso seria um grupo de mulheres imigrantes, ou filhas de imigrantes, do mesmo bairro social de Loures mas não da mesma comunidade e de diferentes origens, maiores de idade, entre os 18 ou 30 anos, isto porque, para estes projetos de solidariedade, as participantes têm de ser jovens, algo que a UE define como sendo até aos 30 anos de idade.

Nestes projetos, estando os mesmos separados por quatro etapas (Planeamento; Preparação; Realização de Atividades e Acompanhamento, o que inclui a partilha dos resultados do projeto), o grupo de jovens deve permanecer ativo durante todo o processo, sendo que a coordenadora do projeto, que no caso era eu, decide o papel de cada membro do grupo, tendo em conta a sua experiência e formação. Aqui, a temática, as atividades quotidianas que serão realizadas e os objetivos gerais e específicos devem ser claros. Para além do mais, é imperativo abordar os desafios existentes nas comunidades, analisar o que está em falta nas mesmas e trabalhar para que algo positivo possa ser feito através da atividade de solidariedade.

Para facilitar o processo, os jovens responsáveis pelo projeto podem escolher submeter o mesmo através de um organismo público ou privado, “legalmente estabelecido num Estado-Membro da UE ou país terceiro associado ao Programa”, que se irá responsabilizar pelo preenchimento da candidatura, que será apresentada à Agência Nacional do país, que, para Portugal, é a Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação, onde os candidatos residem legalmente. No meu caso, como estava a estagiar na Associação AEQUALITAS, foi a mesma que submeteu a candidatura.

Para o projeto ser aceite, é necessário que as propostas do mesmo obtenham, no mínimo, 60 pontos e, pelo menos, metade da pontuação máxima em cada uma das categorias referidas no guia. Estas categorias são: relevância, fundamentação e impacto (no máximo 40 pontos); qualidade da conceção do projeto (no máximo 40 pontos) e qualidade da gestão do projeto (no máximo 20 pontos). Para a primeira categoria, trata-se da relevância do projeto em concordância com as prioridades do CES (Corpo Europeu de Solidariedade); de que forma é que o projeto pode impactar positivamente a comunidade alvo; a relevância que o projeto tem no que toca às necessidades do grupo-alvo, entre outros. Para a segunda categoria, o guia menciona a coerência entre os objetivos do projeto e as atividades a serem realizadas durante os meses de trabalho; a clareza das fases do projeto e a forma como o mesmo é concebido, entre outros. Já para a terceira, trata-se

da forma de como o grupo irá partilhar os resultados do projeto; que medidas serão tomadas para tornar o projeto visível; as medidas de avaliação dos resultados do projeto, e por aí adiante.

Como coordenadora, o meu papel foi o de escrever o projeto, apesar de ter recebido, ao longo da escrita do mesmo, informações um pouco contraditórias relativamente à participação, ou a falta dela, dos restantes membros do grupo no que dizia respeito à elaboração desta iniciativa; de traçar o papel de cada membro, como por exemplo o design e imagem, o mediador entre o grupo de mulheres e os responsáveis pelo projeto, ou até o cariz sustentável do mesmo e que medidas se devem tomar para garantir que nada é desperdiçado ao longo de todo o processo.

Para além da coordenadora, foi, ainda, atribuído o papel de *coach*, ou orientadora, a Mónica Corrigan, a presidente da associação onde estagiei. Tendo-lhe sido atribuído este papel, a ideia seria que a mesma mantivesse o grupo focado à medida em que o projeto avançava, uma vez que a maioria de nós não possui a experiência necessária para fazer qualquer tarefa individualmente.

1.5. Sessão de Formação “Bridging Boundaries: Empowering Civil Society with Intercultural Media Campaigns”

Uma outra experiência que tive durante o meu estágio, a janeiro de 2024, e que facilitou a escrita do meu projeto de intervenção social foi precisamente a que se lê no título deste segmento - uma sessão de formação, ou, melhor dizendo, sessões diárias no decorrer de uma semana, relacionada com a forma como as campanhas nos meios de comunicação social são e devem ser feitas.

Estas sessões tiveram vários participantes de vários países europeus e árabes, incluindo Palestina, e foi organizado por Leo Zbancă, especialista em narração e ferramentas audiovisuais, e Mónica Corrigan, Presidente da Associação para a Igualdade AEQUALITAS. Esta sessão serviu para fazer a ponte entre os conhecimentos que obtive durante a minha Pós-Graduação em Igualdade de Género, na cadeira de Género, Imagem e Comunicação e os conhecimentos mais práticos que estava a adquirir nessa altura e, ainda, ajudou-me a esboçar algumas ideias para potenciais empreendimentos futuros, caso eu deseje realizar mais projetos.

Passando para a explicação das sessões em si, as mesmas foram divididas em quatro partes concretas. Primeiro, foi feita uma breve panorâmica do que é a literacia dos media. Normalmente, a palavra literacia refere-se à capacidade de uma pessoa compreender material escrito. No entanto, com os avanços tecnológicos, o termo passou a incluir a literacia visual, por exemplo, que gira em torno da capacidade de analisar e processar imagens. Veja-se que a literacia mediática pretende incluir todos os meios de comunicação (livros, imagens, filmes, entre outros) e a forma como cada um deles é processado pelo observador. Uma boa literacia mediática refere-se à capacidade de decompor a mensagem apresentada; de avaliar o valor dessa mensagem comparando os seus elementos com algum padrão; de determinar quais desses elementos são semelhantes ou diferentes de outros elementos; de tomar nota de padrões nesses elementos; de usar esses exemplos para explicar casos particulares; de construir novas estruturas com esses elementos e de ser capaz de criar um resumo da mensagem que foi inicialmente percebida, de acordo com James Potter (2019). De referir que a falta deste tipo de literacia pode levar a uma compreensão distorcida do que se está a consumir. No desenvolvimento de campanhas mediáticas, que podem envolver, por exemplo, a elaboração de cartazes ou de vídeos curtos e marcantes com o único objetivo de transmitir uma mensagem impactante, é importante ter em conta o subtexto após a “leitura” do “texto”. Este último não se refere necessariamente às palavras escritas, mas a tudo o que o espetador pode ouvir ou ver. Pode implicar palavras escritas, sim, mas também palavras faladas; imagens; sons e o conjunto de todo o conteúdo a ser analisado.

Já o subtexto refere-se à própria interpretação do sujeito sobre o conteúdo. O subtexto baseia-se no que não é dito, nas nuances e subtilezas. Também se baseia na capacidade do espetador de atribuir um significado mais profundo ao que está a ser consumido. Para compreender as implicações e decifrar certas narrativas (Farooqi et al., 2023). Enquanto os criadores dos media, que vão desde produtores de filmes independentes a grandes marcas, têm em mente um determinado subtexto ao criar os seus textos, o consumidor dos media terá a sua própria interpretação baseada nas suas experiências, valores, conhecimentos e atitudes. Por conseguinte, os criadores dos media, especialmente os publicitários, recorrem a diferentes técnicas para persuadir o consumidor dos conteúdos a acreditar ou a seguir uma determinada

mensagem. Este é um processo que pode ser encontrado na publicidade, nas Relações Públicas e na advocacia.

Já a segunda parte das sessões focou-se em explicar a relevância da advocacia neste assunto e como esta se insere no mesmo, o que estava relacionado com o meu projeto, caso eu pretendesse elaborar estratégias para a minha campanha.

Nesta segunda parte da sessão de formação, foram referidos 5 tipos de campanhas – advocacia, o que pode incluir alterações legislativas e políticas; campanhas para mudança de comportamentos, como por exemplo algo que incentive uma pessoa a não enviar mensagens enquanto conduz; promoção de serviços; campanhas de angariação de fundos e, por último, campanhas informativas, algo que pode levar a mudanças de comportamento. Depois de analisar cuidadosamente cada tipo de campanha, pareceu-me natural inclinar-me para a última, a campanha informativa, para potencialmente fazer avançar o meu projeto. No entanto, foi durante este processo que comecei a compreender verdadeiramente o significado da frase “quanto mais se aprende menos se sabe”.

Veja-se que, ao levar a cabo uma campanha informativa, e, consequentemente, um projeto, é necessário ter em conta vários fatores. Primeiro, cada indivíduo percebe o mundo à sua maneira. Isto aplica-se não só ao consumidor, à pessoa que analisa um determinado conteúdo, mas, ainda, ao grupo de mulheres afrodescendentes com quem eu pretendia trabalhar. Eu acredito veementemente que ter consciência das limitações do nosso saber conduz à grandeza. A minha realidade não é a mesma que a de uma mulher negra de um bairro social. Apesar de estar determinada a obter um resultado positivo com o meu projeto, existe um muro um tanto quanto intransponível entre mim e aqueles de quem me quero aproximar. Não importa o quanto se lê em artigos ou livros, por muito valiosa que seja essa informação, porque a realidade é diferente e navegar a vida de outras pessoas é extremamente desafiante.

O subtexto não é objetivo. Os meus olhos não são os de outra pessoa e a nossa realidade não é a mesma. O processo de redação de campanhas e projetos é um pouco humilde, no sentido em que, para fazer tudo bem, é preciso aceitar que tudo é interpretado de forma diferente por cada pessoa. Os seres humanos têm valores, comportamentos e realidades diferentes (McCurdy et al., 2016), o que interessa a um

sujeito pode não interessar a outro, e é por isso que as campanhas são tão sensíveis. Uma outra questão a ter em consideração é o facto de nunca se conseguir cobrir a totalidade do grupo-alvo. É importante focar-se em pessoas específicas e não esticar demasiado a campanha, ou projeto.

Durante a terceira parte da sessão de formação, o grupo de participantes foi convidado a discutir o “como” de se fazer uma campanha culturalmente sensível, algo que, mais uma vez, foi ao encontro da visão que eu tinha para o meu projeto. No decorrer deste segmento, foi-nos pedido que tivéssemos em consideração a "diversidade cultural", a "sensibilidade cultural", a "relevância cultural" e a "apropriação cultural". Centrando-nos neste último, uma vez que engloba os outros termos, a apropriação cultural, tal como o termo implica, refere-se ao processo de reivindicar algo que não é nosso. Pode tratar-se de cultura, arte ou mesmo território. Isto é importante por uma simples razão – numa dinâmica em que há uma pessoa que tira e outra que perde o que era seu, a sua relação não é transacional porque não há consentimento. Consequentemente, o desequilíbrio de poder entre os dois é essencial para descrever o que acontece durante este processo. O opressor tira da minoria e não tem intenção de devolver o que foi roubado (Arya, 2021). Dito tudo isto, tal como no desenvolvimento de uma campanha, ao escrever um projeto com um grupo-alvo específico, é preciso estar consciente das diferenças entre o orador e o ouvinte.

Veja-se o seguinte, e fazendo referência ao grupo-alvo que escolhi para o meu projeto, duas características comuns encontradas entre as mulheres destes bairros são a baixa autoestima e a vergonha, que são agravadas por vários fatores, nomeadamente o aspeto degradado do bairro, a localização periférica do mesmo e a presença de um ambiente conflituoso entre os habitantes, devido à heterogeneidade cultural, por exemplo (Fernandes, 2023). Trata-se de uma percentagem da população em Portugal que é vista como subalterna que, graças à sua ostracização, possuem lacunas no seu conhecimento social, algo que não se refere apenas às taxas de alfabetização nos bairros sociais, mas, por exemplo, a dificuldade, ou até mesmo a vergonha, que estes indivíduos sentem quando se deslocam para fora do bairro, como para a marcação de consultas médicas.

Esta desvantagem social quebra a sua capacidade de ação e reduz a sua possibilidade de se tornarem parte de uma comunidade fora destes bairros desfavorecidos.

Boaventura de Sousa Santos (2009) descreveu este fenómeno como “pensamento abissal”, que divide a sociedade em dois mundos ontologicamente opostos, isto é, uma divisão radical entre o “deste lado da linha” e “o outro lado da linha”, nas suas próprias palavras, sendo que o último desaparece da realidade e torna-se, praticamente, inexistente, exterior ao universo criado pelo pensamento abissal, um instrumento de dominação. Trata-se de a diferença entre o mundo “norte-cêntrico da sociabilidade metropolitana” e o lado invisível dos espaços habitados pelos “sub-humanos” (Aguiló & Lopes, 2022). Dito isto, o facto do meu grupo-alvo ser bastante sensível tornou-se particularmente óbvio – trata-se de um trabalho que não conseguiria realizar sozinha, não só porque existe tanto que ainda não sei, mas também porque não queria que os meus esforços fossem medíocres.

À medida em que esta parte da sessão de formação ocorria, o grupo foi dividido em quatro subgrupos para que fosse possível discutir as diferentes ideias de campanhas dos participantes – as mais marcantes para mim foram a da colega Palestiniana, cujo ideia de campanha era, e ainda é, combater a desinformação proveniente da limpeza étnica que, à data da escrita deste relatório, ainda está a ocorrer na Faixa de Gaza, e a ideia da colega Eslovena, que pretende melhorar os níveis de poluição num bairro desfavorecido no seu país. Quanto à minha ideia de campanha, pensei em recorrer à ajuda da Câmara Municipal de Loures, que tinha demonstrado interesse em colaborar connosco para levar a cabo o meu projeto, para que nos ajudassem a elaborar vídeos informativos e infográficos sobre um bairro social na área, de forma a consciencializar e sensibilizar o observador no que diz respeito à população portuguesa marginalizada.

Por último, mas não menos importante, a quarta parte da sessão de formação serviu para discutirmos, em grupo, diferentes tipos de anúncios publicitários e analisá-los o melhor possível. Com este exercício de literacia mediática, a manipulação que os anunciantes usam para que o observador interiorize uma determinada mensagem tornou-se clara. A manipulação publicitária não é necessariamente negativa, apenas foca-se em suscitar certos tipos de emoções que são benéficas para quem fez o anúncio, seja para comprar um produto, para cumprir a lei ou para que o observador se torne mais consciente de determinadas questões sociais.

Dito tudo isto, esta sessão de formação não chegou propriamente a fazer com que as minhas ideias para o projeto se desenvolvessem para além de tudo o que eu já tinha

escrito e idealizado, mas fez com que eu me apercebesse do meu papel como “estranha” para as mulheres destes bairros. Aqui, lembro-me de como a interseccionalidade entra em jogo. Embora estas mulheres e eu estejamos unidas pelo género, também há muito que nos separa. Raça, origem cultural, local de residência e classe. São um lembrete constante daquilo que devo esforçar-me por compreender, honrar e respeitar enquanto feminista e aliada.

CAPÍTULO IV: LISBOA ESCONDIDA

Esta ideia de projeto é resultado de várias horas de contemplação e de várias conversas com pessoas que provocaram mudanças ou desejam o mesmo. Dei o nome de “Lisboa Escondida” a esta iniciativa pois representa precisamente isso – uma Lisboa que não se vê, ou não se quer ver. Uma Lisboa segmentada, onde os mais desfavorecidos têm a tendência para se concentrar numa localidade, localidade essa que pode apresentar indícios de micro-segregação imposta.

Durante a minha jornada académica, o meu interesse sempre esteve nas comunidades marginalizadas e no feminismo interseccional. A análise das várias facetas da existência das mulheres em sociedade e como isso influencia as suas experiências de vida representa um tema que, a mal ou a bem, surge cada vez que penso nestes assuntos, o que imediatamente me permitiu escolher o grupo alvo deste projeto – mulheres jovens imigrantes ou filhas de imigrantes, dos 18 aos 30 anos de idade, residentes do mesmo bairro social mas de diferentes comunidades, ou seja, de diferentes origens. Quando apresentei esta proposta e as ideias começaram a fluir, chegou-se à conclusão de que para tudo o que eu queria fazer, seriam necessários 12 meses de trabalho, tornando-se, assim, um *European Solidarity Corps Project*, como já foi referido e explicado anteriormente.

Identificadas as características gerais do grupo com quem eu pretendia trabalhar, pensei, então, no “porquê”. Porquê fazer este projeto? Bem, as migrações não são um fenómeno recente. São muitas as razões que levam um indivíduo a optar por deixar o seu país. Nos tempos modernos, a migração tornou-se genderizada (Bernardino et al. 2023), o que significa que não são apenas os homens que procuram melhores condições de vida noutro lugar, mas, também, as mulheres, por vezes até sozinhas. Pode ser estimulante mudar-se para um país diferente por vontade própria, mas o que acontece às comunidades

desfavorecidas que, ao fugirem da opressão da sua terra natal, se veem presas num país que não se dá a conhecer devido a barreiras que impedem a sua inclusão?

Lisboa Escondida visa compreender as diferentes camadas da imigração através de uma lente interseccional e a forma como ser deixado nas margens da sociedade pode prejudicar as comunidades visadas. Como podemos ajudar estas comunidades, mais especificamente as mulheres imigrantes, e fazê-las sentir-se confortáveis num país que deveria tornar-se a sua nova casa? Como é que ajudamos estas mulheres a recuperar, ou, na maioria dos casos, a reivindicar, pela primeira vez, a sua agência e a viver as suas vidas como membros plenamente funcionais da sociedade? Neste projeto, o grupo-alvo é tido em consideração - quando se lida com mulheres que são imigrantes de primeira e segunda geração, estes grupos que podem não ser grupos com os quais o meu grupo de trabalho se envolve todos os dias, especialmente eu, enquanto mulher branca com privilégios, o projeto deve ir ao encontro das suas necessidades e características.

Estas mulheres não sabem como procurar ajuda ou onde procurá-la; têm pouco ou nenhum tempo livre para cuidar de si próprias, tanto física como mentalmente, e não têm ninguém a quem recorrer, porque a desconfiança e o medo são muito prevalentes nestas comunidades. Mesmo tendo em conta as situações precárias vividas nestes espaços, é necessário apontar para uma certa parcialidade na representação destes grupos nos *mass media*, por exemplo. Trata-se de representações altamente estigmatizantes que apenas servem para o afastamento destes bairros do resto da sociedade. No projeto Lisboa Escondida, é importante fazer com que estas mulheres tenham alguém que lhes diga que não só são membros valiosos da sociedade, mas que podem, ainda, contribuir para a mudança na sua comunidade. É importante quebrar o medo e a vergonha que estas pessoas sentem para que compreendam que se podem ajudar a si próprias.

Feita a escolha do grupo-alvo, é necessário, assim, identificar as necessidades do mesmo. Aqui, a questão parece ser que, embora estas mulheres saibam que algo está a faltar no seu dia a dia, não sabem o que fazer para obter os devidos cuidados ou serviços de que necessitam. É necessário é aproximá-las das várias entidades, governamentais ou não, para inserir verdadeiramente estas comunidades migrantes na sociedade portuguesa.

Um estudo realizado por Ana Paula Reis, *Gravidez na Adolescência na Região de Lisboa: Cultura ou Literacia em Saúde?*, determinou que a maioria das adolescentes nestas situações precárias vive, ou viveu, em bairros de baixos rendimentos na área

metropolitana de Lisboa e algumas eram imigrantes ou filhas de imigrantes das ex-colónias portuguesas. Para clarificar, por bairros de baixos rendimentos entende-se aqueles que albergam comunidades com menos capacidades financeiras. Refere-se a zonas onde os residentes sofrem de "pobreza sistémica, privação, violência, exclusão, marginalização, falta de oportunidades, más condições de vida, ambiente degradado e vulnerabilidade em maior grau do que a maioria da população", de acordo com as Recomendações ENTER! do Conselho da Europa.

Alguns bairros sociais não estão tão mal integrados ou esquecidos. Nem todos os indivíduos que vivem nesses bairros existe no limiar da pobreza, mas muitos estão. Alguns têm empregos que pagam o salário mínimo, outros estão desempregados. Alguns nunca terminaram o secundário, enquanto outros tiveram outras, e mais, oportunidades que os restantes pares. Não se pode presumir as características das nossas participantes pois ainda não as conhecemos - é importante não presumir o que se pode encontrar nestes espaços, mas estar preparado para lidar com diferentes condições e situações de vida. É importante notar que as comunidades migrantes desfavorecidas têm menos acesso à educação, ou não têm qualquer acesso à mesma, e a informação que lhes chega não é suficiente para as orientar e ensinar a cuidar de si próprias e dos seus. Para entender o que essas mulheres precisam, é vital reconhecer o contexto por trás de seus comportamentos - como o ambiente as molda.

O referido estudo, da autoria de Ana Paula Reis, aponta um traço comum entre as mulheres entrevistadas - uma profunda ânsia de afeto; uma baixa autoestima e a necessidade de se autonomizarem. Com este projeto, um dos objetivos seria proporcionar-lhes diferentes formas de se sentirem sob controlo de si próprias e das suas escolhas, deslocando o foco das dinâmicas disfuncionais para o pensamento crítico e para espaços seguros de discussão com outras mulheres, completamente livres de escrutínio.

Em Portugal, existem políticas públicas relativas à situação de vida destas comunidades desfavorecidas, especialmente as que vivem em bairros de habitação social. A própria constituição portuguesa é muito avançada no que diz respeito aos direitos social – o acesso a uma habitação condigna é um direito constitucional, por exemplo (Brito Vieira & Carreira da Silva, 2013). No entanto, existe uma disparidade entre o que está escrito e o que é efetivamente feito para ajudar estas pessoas. É importante dar a estes indivíduos, especialmente às mulheres, que são, na maior parte das vezes, a espinha dorsal das suas

famílias, o empurrão de que necessitam para reconhecerem que têm uma voz e que a podem utilizar.

Embora seja significativamente mais acessível, e mais comum, que certas comunidades marginalizadas se localizem na Área Metropolitana de Lisboa, devido ao facto de terem mais acesso a instituições públicas, transportes públicos, entre outros, um estudo realizado por Marina Carreiras, denominado *Integração Socioespacial dos Bairros de Habitação Social na Área Metropolitana de Lisboa: Evidências de Micro Segregação*, aponta para um lamentável, mas generalizado, sentimento de descontentamento, por parte destas comunidades desfavorecidas, que deriva do facto de se sentirem desligadas do que as rodeia.

Dito tudo isto, nesta parte do projeto, escolhi focar-me, apenas, em duas necessidades específicas: nos direitos e na autoestima. A escolha destes mesmos é simples. Primeiro, conhecer os nossos direitos implica um certo envolvimento cívico, e tendo em conta as condições das mulheres imigrantes nos bairros sociais, expandir o seu conhecimento no que diz respeito aos seus direitos e deveres em sociedade faz com que não só se tornem membros mais ativos desta última, mas, ainda, que se consigam proteger em vários aspetos. Em segundo lugar, temos a autoestima. É aqui que grande parte do projeto se vai concentrar, pois gira em torno de todo o tipo de fatores. Para simplificar o assunto, temos a faceta mais coletiva e a privada. Na coletiva, trata-se de trabalho comunitário. Nem todos os indivíduos que vivem no mesmo bairro são originários do mesmo país. Isto pode muitas vezes levar a uma partilha tensa de um espaço a que chamam casa, uma vez que não há lugar para a compreensão e a conversa. Assim, através da criação de laços comunitários, espera-se quebrar com os estereótipos que existem no bairro e permitir que os seus residentes se vejam uns aos outros como iguais e não como vizinhos relutantes. Isto vai, naturalmente, contribuir para o bem-estar físico e mental das mulheres com quem se pretende trabalhar.

Já o aspeto privado é autoexplicativo. Pretende-se dotar o grupo-alvo de mecanismos saudáveis de sobrevivência para que se liberte do que anteriormente o impedia de atingir os seus objetivos. Isto pode ser conseguido através do reforço dos seus laços comunitários e da realização de exercícios para desenvolver a sua autoestima, dando-lhes um espaço, livre de julgamentos, onde possam existir como alguém que é maior do que aquilo que anteriormente se consideravam ser. Para além do mais, temos, ainda, o crescimento pessoal. Através da organização de *workshops* destinados a capacitar estas mulheres e a

aproximá-las de diferentes entidades onde possam procurar ajuda, o objetivo é assegurar que as mesmas saibam que têm uma voz e que é possível ganhar algum controlo sobre as suas vidas. Espera-se sensibilizar estas mulheres para que se apercebam das ferramentas que têm à sua disposição e como as devem utilizar.

Dito tudo isto, e como já foi referido no capítulo anterior, é necessário, assim, desenvolver tarefas que nos permitam alcançar estes objetivos. De referir que este projeto tinha como visão uma abordagem mais prática e não teórica, ou seja, pretendia-se envolver as mulheres em atividades e experiências que fossem uteis para as mesmas e não “palestrar”. Assim, muitas das atividades estavam relacionadas com os dois objetivos já anteriormente mencionados. Contudo, é importante referir que, para passar da escrita para a prática, alguns detalhes do projeto provavelmente terão de sofrer alterações para que se possa acomodar as participantes. Não obstante, algumas das atividades incluíam ajudar as participantes a marcarem as consultas que necessitam, uma vez que foi relatado que a literacia na saúde não é tão elevada como deveria ser nestas comunidades; atividades relacionadas com a cidadania, tudo que esteja relacionado com a aproximação destas mulheres aos serviços que necessitam; atividades no domínio da saúde mental, incluindo exercícios de aproximação entre as próprias mulheres e momentos de “consulta individual” onde o grupo fala com cada participante para que possamos ter a certeza que estão confortáveis durante todo o processo.

As atividades mencionadas acima ocorreriam uma vez por semana, tendo em consideração a disponibilidade das participantes, ao longo de 8 meses de trabalho, visto que dos 12 meses, 4 seriam para o planeamento e para a disseminação da informação recolhida.

Dito tudo isto, é, ainda, importante referir que o papel e a presença da Câmara de Loures dão ao grupo de trabalho a oportunidade de chegar a estas comunidades de uma forma que nem todas as associações conseguem. Encontrámo-nos numa posição um tanto quanto privilegiada que não podíamos desperdiçar.

CAPÍTULO V: PROBLEMAS TEÓRICOS QUE SURGIRAM AO LONGO DO ESTÁGIO

O meu projeto, que foi aceite pela Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação, ligada à União Europeia, apesar de ter sempre o mesmo objetivo final, nem sempre teve as mesmas características. Eu sabia, desde o início, que as mulheres negras, que rapidamente se transformou exclusivamente em mulheres negras imigrantes de primeira ou segunda gerações, seriam o meu foco. No entanto, isto levanta a questão de saber porque é que foi esse o caso.

Portugal, sendo, há bastantes anos, um país de emigrantes, tornou-se, após o 25 de abril de 1974, um país de imigrantes, tendo o fluxo da imigração aumentado na década de 80 (Machado, 2008). Acompanhando esses mesmos dados, temos a comunidade de afrodescendentes, comunidade essa que Fernando Luís Machado separa entre “lusos-africanos”, que engloba “africanos de nacionalidade portuguesa (...) que optaram por se fixar em Portugal na sequência da independência dos seus países de origem”, e os “novos lusos-africanos”, os filhos dos imigrantes africanos, já nascidos em Portugal.

No decorrer do mestrado, os cruzamentos de etnia, idade, classe e sexualidade foram elevados como sendo fatores que moldam as definições e identidades de género. O “ser homem” e o “ser mulher” não são estáticos. A maior parte do que pensamos que somos é socialmente construído, como desafia Judith Butler em *Gender Trouble* (1990). Tudo isto varia de cultura para cultura, o que também se aplica às comunidades de cor, que englobam os africanos de nacionalidade portuguesa e os seus filhos, já nascidos no país. Sempre procurei escrever o meu projeto através de uma lente interseccional, o que nos leva a duas questões distintas. Em primeiro lugar, há a genderização da imigração, que é extremamente importante entender no que diz respeito ao processo migratório não só a nível nacional, mas mundial. Em segundo lugar, a forma como a pobreza e as condições menos desejáveis que são por vezes vividas por estas comunidades nos bairros sociais afetam as mulheres de forma diferente.

1.6. A “feminização da sobrevivência”

Quando se fala da genderização da imigração, ou a feminização das migrações, não se refere, apenas, ao facto de “48% dos cerca de 281 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo” serem mulheres (Bernardino et al., 2023) mas, ainda, ao facto de todo o processo ser diferente para as mesmas, em comparação com os homens. Ora, no que diz

respeito à imigração em si, pode-se dizer que as mulheres procuram aquilo que todos os imigrantes pretendem alcançar quando deixam o seu país de origem – melhores oportunidades económicas; autonomização e independência e, ainda, a possibilidade de escapar às condições menos desejáveis, de conflito ou até mesmo perseguição política, na sua terra natal. Contudo, no contexto do género, a mulher tem toda uma outra camada de discriminação e opressão a que está sujeita, o que leva Saskia Sassen a referir-se a este fenómeno como a “feminização da sobrevivência”.

Não obstante, é importante salientar uma outra faceta desta realidade. Apesar das mulheres imigrantes contribuírem para o crescimento do país, não só a níveis económicos mas, ainda, no que diz respeito às taxas de natalidade (Bernardino et al., 2023), estas mulheres são, também, alvos de práticas discriminatórias e de exploração, o que contribui para esta ideia de que o seu papel na sociedade é um de passividade e ignorância. No meu projeto, fiz questão de salientar estas mesmas realidades, não só porque o “projeto europeu” pretende promover um papel ativo na sociedade onde se encontra, mas também porque as próprias mulheres admitem sentir-se pouco empoderadas, estando constantemente à procura de vias para aumentar a sua autonomia (Carmona, 2018). Relembro que, para além do estatuto ou de imigrante ou de filho/a de imigrantes, acrescenta-se, ainda, o fator pobreza, que inclui ser residente de um bairro social. Aqui, as dificuldades de integração no resto da sociedade traduzem-se em dificuldades no acesso à educação e ao mercado de trabalho, o que por sua vez contribui para a subjugação destas mesmas mulheres. De acordo com a equipa de investigação do projeto ENFEM Portugal, para além das barreiras linguísticas, das dificuldades inerentes às diferenças culturais e da discriminação, ao acrescentar uma lente de género, estas mulheres são, ainda, vítimas de violência, exclusão e isolamento, que só são reforçados pela precariedade laboral e pela falta de acesso à educação e aos cuidados de saúde⁴ (Bernardino et al., 2023).

Dito tudo isto, é importante referir a minha escolha de inserir mulheres africanas com nacionalidade portuguesa e mulheres luso-africanas, nascidas em Portugal. Ao escrever o meu projeto, fiz questão de consultar um dos meus colegas, Flacevânio Neto, negro e filho de imigrantes, quando se tratava de diferenças culturais entre estas duas

⁴ De referir que estas faltas de acesso aos cuidados de saúde não advêm apenas no facto destas mulheres terem dificuldades em atingir esses serviços, mas também porque têm um conhecimento bastante limitado sobre o sistema de saúde. Isto é mais uma barreira específica para estas mulheres não apenas em Portugal, mas em vários outros países.

comunidades. Para ilustrar melhor este ponto, vou voltar a Fernando Luís Machado, que faz questão de referir que a expressão “imigrantes de primeira e segunda geração” é incorreta por uma simples razão - há uma grande diferença entre um indivíduo que nasceu, por exemplo, na Guiné e se mudou para Portugal, à procura de melhores condições de vida, e alguém que é negro, mas nasceu e cresceu em Lisboa. Utilizar o termo primeira e segunda geração implica uma ideia de que o único fator que separa estas duas existências é, apenas, uma geração, como se os filhos fossem uma cópia dos pais, reproduzindo tudo aquilo que fazem e são, quando, na verdade, existe um mundo de diferença na socialização e na relação com o país de acolhimento (Machado, 2006). Por isso, é importante referir as clivagens que existem entre, por exemplo, uma mãe nascida na África subsariana e a sua filha já nascida no Ocidente, ou, neste caso, em Lisboa. Veja-se que a natureza patriarcal específica destes agregados familiares empurra as mulheres para papéis de cuidadoras, fator que afeta o seu comportamento quando se trata de procurar ajuda ou de resolver problemas de saúde mental.

De acordo com um estudo realizado por Fatoumata Bah, sobre as “narrativas sobre o bem-estar mental das filhas mais velhas em agregados familiares de imigrantes da África Subsariana” nos Estados Unidos da América, as experiências pós-imigração destas mulheres para países do ocidente incluem o racismo, o isolamento social e as desigualdades no mercado de trabalho, o que tem um impacto extremamente negativo no seu bem-estar mental, uma vez que se encontram na intersecção entre o facto de serem mulheres, negras e imigrantes (Bah, 2022). Para além disso, temos as filhas destas mulheres, que se encontram presas entre dois mundos com culturas completamente diferentes. Veja-se que as comunidades negras destes países são muito mais dependentes da família, algo um tanto incompatível com o individualismo ocidental, o que acrescenta mais uma camada de responsabilidade sobre os ombros das filhas, que estão, essencialmente, a ser vigiadas pelos mais velhos e o bem-estar da família depende do que a filha faz ou deixa de fazer (Bah, 2022).

1.7. Quando se existe na intersecção do preconceito

Como já foi referido, ao longo da minha experiência académica, tenho-me concentrado cada vez mais em expandir o meu conhecimento sobre o que significa o feminismo interseccional e como as mulheres que existem na intersecção de tudo são percecionadas pela sociedade.

O feminismo interseccional, um termo cunhado pela ativista dos direitos civis Kimberlé Crenshaw (1991), foi acrescentado à conversa em torno do feminismo para explicar como diferentes categorizações sociais, como classe, género, sistema de crenças, raça, entre outras, acrescentam várias camadas diferentes aos tipos de discriminação que um indivíduo pode sofrer. O objetivo era tornar o movimento mais inclusivo, tendo em conta o facto de as mulheres não serem um monólito, mas seres diferentes com experiências diferentes, mesmo que pareça haver uma imagem preferida e ideal do que uma mulher deve ser, de acordo com os padrões da sociedade ocidental (Crenshaw, 1991).

Ao longo da nossa história, o movimento feminista teve diferentes formas e passou por diferentes ondas. Na minha perspetiva, é importante recordar o passado para corrigir os nossos erros enquanto feministas e aliadas. Recordemos, por exemplo, o importantíssimo movimento das sufragistas americanas, que revolucionou a compreensão que a sociedade tinha na altura no que dizia respeito aos direitos das mulheres. No entanto, quando aplicamos uma lente interseccional a este momento histórico, somos confrontados com o facto de que as mulheres que clamavam pelos seus direitos em Seneca Falls, em Nova Iorque, em 1848, estavam a lutar pelo direito de voto das mulheres brancas (History.com Editors, 2017). Historicamente, os movimentos feministas têm deixado para trás determinados tipos de pessoas, nomeadamente mulheres negras. Este esquecimento dos seus pares brancos levou as mulheres negras a fazerem uma pergunta simples - “Não serei eu uma mulher?”. A este tipo de feminismo deu-se o nome de “feminismo branco”.

O feminismo branco, ou *mainstream feminism*, centra-se numa imagem específica da mulher. Isto tem sido fortemente criticado pelas mulheres com deficiências, pelas mulheres queer e pelas mulheres de cor, uma vez que reforça a narrativa de que apenas o género de uma pessoa determina a desigualdade vivida no dia a dia. Neste contexto, presume-se que o sujeito do feminismo branco é a “mulher heterossexual, branca, de classe média e sem deficiência” (Christoffersen & Emejulu, 2022). Assim, e ao assumir que existe uma única imagem da mulher, este tipo de feminismo universaliza essa imagem como o “padrão”, o que é profundamente imperfeito, especialmente quando se trata de

certas questões como a diferença salarial entre homens e mulheres, que, nestes casos, já não é apenas motivada pelo género, mas também pela raça.

Voltando à minha afirmação anterior sobre o facto de a minha perceção do mundo não ser a mesma que a das mulheres que abordaria para o meu projeto, recorro a Chimamanda Ngozi Adichie, que, durante uma *TED Talk* bastante esclarecedora, salientou a importância de contrariar as “histórias únicas” que os indivíduos formam de qualquer pessoa e de qualquer “coisa” com que não estejam familiarizados. Isto também se aplica a países, pessoas ou mesmo apenas a zonas específicas, como é o caso dos bairros sociais em Portugal. Através do consumo dos meios de comunicação social, como a representação destes bairros nas notícias, por exemplo, começamos a formar, de uma forma não intencional, uma opinião baseada nos nossos pressupostos sobre um determinado povo. Em primeiro lugar, há a ideia de que todos os africanos são iguais. Não têm acesso à tecnologia ou à educação. São incivilizados e não possuem conhecimentos. Essa é a primeira “história única”. Em segundo lugar, temos a ideia de que estes povos serem extremamente pobres. Através desta noção, nem sequer nos permitimos ver estas pessoas, estas mulheres, como seres humanos com necessidades, desejos e competências (Adichie, 2009). Em vez disso, aprendemos a temer, desvalorizar, ressentir ou desprezar o que não conhecemos.

No meu projeto, decidi que era importante lutar contra esta ideia de que existe um único problema que as mulheres enfrentam e que todas as nossas realidades são semelhantes. Para o fazer, teria de procurar as mulheres que são frequentemente esquecidas por certas narrativas feministas. Analisar estas questões através de uma lente interseccional permitiu-me desafiar a crença supremacista branca de que todas as mulheres estão a percorrer o mesmo caminho e que as suas realidades são, de certa forma, estáticas. A interseccionalidade desconstrói as próprias fundações sobre as quais certas desigualdades são construídas. Permite-nos tomar nota de agendas políticas, reconhecer os nossos privilégios e melhorar o nosso envolvimento na comunidade. De referir que este esquecimento de certas mulheres pode mesmo ser mortal, como já foi provado historicamente, claro, mas também na sociedade atual, em situações que nem sequer deveriam ser permitidas. O racismo é sistémico e estrutural. Um exemplo disso é o racismo na medicina, que, em alguns casos, pode ser subtil, mas nunca menos macabro. Nos Estados Unidos da América, as desigualdades estruturais, como “a discriminação, a pobreza e a segregação residencial”, afetaram maciçamente a comunidade negra,

limitando o seu acesso a cuidados médicos que salvam vidas durante a pandemia de COVID-19 (Etti et al., 2023). Há várias razões sociais que contribuem para a segregação socioespacial destas comunidades, e não apenas nas Américas. Resolvi, assim, fazer o meu melhor para procurar casos específicos que me permitissem impactar positiva e diretamente uma comunidade em particular. Foi através de uma conversa que tive com membros da Câmara Municipal de Loures, numa sessão informativa, “Recomendações ENTER! em Portugal”, no Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ, I.P., a 6 de dezembro de 2023, que tive o privilégio de discutir assuntos relacionados com o possível envolvimento das autoridades locais no que diz respeito à inclusão das comunidades mais desfavorecidas dos seus projetos e iniciativas. Nesta conversa, as responsáveis admitiram não saber como chegar a estas populações, o que fez com que os seus projetos perdessem força, pois o interesse por eles diminuiu. Foi a partir desta conversa que a parceria foi traçada.

1.8. As Mulheres que sustentam

Como já referi, devido a uma série de fatores, alguns dos quais culturais, as mulheres africanas são normalmente a base de uma família, embora esse papel esteja confinado ao tipo de patriarcado que pode ser encontrado nestes países.

A violência que pode ser vivida nos bairros sociais nem sempre existe apenas no exterior, mas também dentro de casa. As mulheres africanas, que são ensinadas desde muito cedo a assumir certas responsabilidades pelo simples facto de serem mulheres, têm também de viver com o conhecimento de que podem ser ostracizadas pela sua comunidade e família se se divorciarem, uma vez que as mulheres solteiras são vistas de forma negativa nos seus espaços (Hulley et al., 2022).

Mesmo que o abuso nestes casamentos não seja físico, há outras formas de sentir a imposição do homem sobre a mulher, como o costume conhecido como “o preço da noiva”⁵, cujas regras variam de país para país, mas que só podem significar uma coisa: a noiva é propriedade do noivo depois de pago o “preço” da mesma. Esta transação financeira é reveladora do isolamento destas mulheres, sobretudo quando possivelmente

⁵ A terminologia não é a mesma para cada país africano. Um dos termos utilizados é “lobolo” ou “lobola”, que se refere à troca de presentes tangíveis, como gado, por exemplo.

inseridas em culturas que normalizam e justificam o seu abuso e subjugação. Recordo-me de uma história que me foi contada por uma colega, que realizou uma experiência de voluntariado em Moçambique, durante uma aula da minha pós-graduação em Igualdade de Género. As suas crenças feministas e ocidentais perderam-se um pouco na tradução para as mulheres moçambicanas, que se mostraram indignadas com as mensagens feministas que ouviram. Ouviu-se entre elas um sentimento geral de “isso é absurdo” e “aqui, nada disso é assim”.

O racismo agrava muitas vezes a experiência de isolamento destas mulheres. São simultaneamente a razão pela qual a sua família se mantém íntegra, mas tendem a guardar tudo para si, devido às diferenças culturais e à interiorização de estereótipos racistas. Veja-se que, aqui, existe uma desconexão entre o estereótipo que retrata as mulheres negras como violentas e enraivecidas sempre que se opõem à opressão de que são alvo (conhecido como o estereótipo da “mulher negra zangada”), e a crença de que as mulheres negras são fortes e conseguem enfrentar tudo sozinhas e em silêncio (estereótipo da “mulher negra forte”) (Doharty, 2019). Este último facto leva a que estas mulheres afastem a possibilidade de procurar ajuda, não só junto das pessoas que as rodeiam, mas também fora da comunidade, aumentando ainda mais o seu isolamento.

CAPÍTULO VI: COMENTÁRIOS FINAIS

Nesta parte do relatório de estágio, é fundamental que mencione algumas das dificuldades que senti e que limitaram a eficácia potencial do meu projeto. Como já referi anteriormente, esta foi a minha primeira tentativa de escrever algo do género. O meu único conhecimento de base para me ajudar nesta tarefa era, na verdade, o meu mestrado, uma vez que já me tinha concentrado em áreas que mais me interessavam, como os diferentes tipos de discriminação sofridos pelas mulheres de cor. Para além disso, posso dizer, sem sombra de dúvidas, que entrei nesta experiência um pouco às cegas.

Não obstante, posso confirmar que fiz o meu melhor com o tempo e recursos que estavam ao meu dispor, mas tenho noção que o projeto tem as suas falhas. Veja-se que, para este tipo de projetos, é importante ter em mente a visão que levou a pessoa a iniciar todo este

processo, mas também compreender que nem tudo pode correr como planeado. Por outras palavras, tudo parece perfeito quando está escrito, mas na prática, algumas das atividades planeadas para esta iniciativa teriam muito provavelmente de sofrer algumas alterações. Ao longo desta experiência, tive o privilégio de testemunhar em primeira mão como pessoas de diferentes origens se podem sentar à mesma mesa e trabalhar para o mesmo objetivo. Foi inspirador, mas também me fez tomar consciência do apoio que, infelizmente, me faltou. No entanto, apesar disso, as minhas convicções mantiveram-se fortes e fiz questão de colocar em prática o que já tinha pregado no meu percurso académico.

À medida que avançava na minha escrita, deparei-me com todo o tipo de possibilidades e resultados. Em primeiro lugar, existia sempre uma pequena possibilidade de as minhas ideias não se relacionarem com as mulheres que eu estava a tentar abordar. Em segundo lugar, havia uma enorme diferença entre mim e estas mulheres. Por muito que desejasse estabelecer uma ligação com elas, também tenho consciência de que a minha inexperiência e a da minha equipa poderiam colocar certos entraves no processo. Em terceiro lugar, terminado o projeto passa-se, então para a disseminação do mesmo. Aqui, a minha equipa e eu partilharíamos as nossas descobertas com a Câmara de Loures e outras associações semelhantes na área e publicaríamos conteúdos mediáticos em diferentes plataformas de redes sociais para garantir que os nossos esforços não morressem num vazio. Por muito que não desejássemos que o projeto falhasse na sua fase de disseminação, há sempre uma certa dose de confiança depositada nestas entidades públicas. As associações não governamentais não podem fazer muito - para que a maior parte destes projetos sejam bem-sucedidos, os organismos públicos têm de garantir que darão continuidade ao trabalho iniciado pelas mesmas.

Dito isto, como reflexão posso dizer que parece haver uma desconexão entre a quantidade de grandes projetos que estão a ser feitos para melhorar as vidas daqueles que são menos afortunados e o impacto social que parecem gerar. Durante a minha experiência de estágio, tive a oportunidade de tomar nota de várias iniciativas que, nos seus casos específicos, deram frutos e impactaram, positivamente, determinados indivíduos e comunidades. Contudo, cada associação⁶ com quem falei admitiu não se sentir apoiada

⁶ Alguns exemplos de associações cujas queixas pude ouvir estão relacionadas com as artes e cultura, a imigração e a juventude, como a associação Casa do Brasil de Lisboa; Rato – Associação para a Divulgação Cultural e Científica e a Rede Inducar.

por entidades que poderiam, eventualmente, impulsionar a mudança de que necessitamos desesperadamente para tornar a nossa sociedade mais inclusiva. De referir que, através dos projetos europeus já anteriormente referidos, é possível optar por iniciativas de impacto político. No entanto, estes requerem um grande número de recursos, dinheiro e tempo, algo que a maioria das associações não dispõe por serem mais pequenas e menos conhecidas do que algumas das suas congéneres. Voltamos, assim, à ideia de que as ONG's nem tudo podem fazer. É necessário apoio de entidades governamentais, o que é raro. Veja-se que, ao referir que, no meu projeto, iria ter o apoio da Câmara de Loures, as minhas palavras e objetivo ganharam uma nova camada de credibilidade. Seria tremendamente benéfico para o país que mais órgãos de responsabilidade se interessassem por estes tipos de iniciativas.

Em linha com Saskia Sassen, a sobrevivência tem sofrido um processo de feminização, algo que se pode constatar, ainda, na genderização da imigração. Para o meu projeto, tinha uma visão clara de quem seria o meu grupo-alvo - mulheres que vivem na intersecção da discriminação. Mulheres negras, imigrantes ou filhas de imigrantes e residentes de um bairro social. Enquanto efetuava a minha pesquisa para identificar as necessidades do grupo, surgiu o termo micro segregação, algo a que algumas destas comunidades são obrigadas a sujeitar-se. Isto significa que, apesar destes bairros terem mais probabilidades de estar, de alguma forma, integrados na área metropolitana de Lisboa, continuam a estar micro segregados, ou seja, as comunidades destes bairros sociais não aparentam estar bem integradas com as dos bairros vizinhos. Os bairros sociais e, conseqüentemente, os seus residentes continuam desligados do restante tecido urbano (Carreiras, 2018). Quando se vê esta questão através de uma lente de género, diria mesmo que as mulheres estão em clara desvantagem quando comparadas com os seus pares por uma série de razões. Em primeiro lugar, ao estarem isoladas da sociedade em geral, correm um maior risco de violência e assédio, o que reforça o seu desejo de poderem libertar-se do que as constrange – o desejo de autonomização.

Em segundo lugar, esta micro-segregação impede-as de aceder aos serviços de que necessitam. Serviços relacionados com cuidados de saúde, educação e até mesmo cuidados infantis. É extremamente importante promover a literacia em saúde nestas comunidades, onde, mais uma vez, as mulheres acabam por ser tremendamente prejudicadas, especialmente porque são frequentemente vistas como a espinha dorsal das suas famílias e assumem mais responsabilidades no que diz respeito às tarefas domésticas.

Em terceiro lugar, temos o facto de a maioria destas mulheres estar presa num ciclo de pobreza, agravado pelo facto de, ao estarem isoladas nos seus bairros, terem menos oportunidades de encontrar empregos mais bem pagos. Mais uma vez, as mulheres são altamente afetadas por esta falta de mobilidade económica e acabam por ter de assumir empregos que não lhes trazem qualquer gratificação ou que mal lhes põem comida na mesa.

Por último, o sentimento de vergonha prevalece nestes bairros, o que, mais uma vez, afeta de forma desproporcionada a autoestima das mulheres. Ser negra, da “classe baixa”, residente de um bairro social, mulher e imigrante ou filha de imigrantes tem um impacto direto na possibilidade de encontrar um melhor emprego, melhor acesso aos serviços de que tanto se necessita ou, até, de ser aceite pelo resto da sociedade. Tudo isto está relacionado com necessidades específicas do género que são negligenciadas, como acontece frequentemente com estas mulheres.

De referir, ainda, os projetos humanitários podem funcionar e funcionam, como eu próprio pude comprovar ao falar com pessoas que se dedicam a essa tarefa há anos. No entanto, estas iniciativas são gravemente subfinanciadas. No meu projeto, por exemplo, o montante dado à associação não ultrapassaria os 10.000 euros, que seriam para o projeto no seu conjunto e para distribuir pelo grupo de trabalho. Para dar estes passos, temos de desafiar a noção de que estas comunidades são inatingíveis, deixando, consequentemente, as mulheres desses bairros entregues a si próprias. Temos de contrariar a narrativa da “história única” e ser a mudança que faz avançar a sociedade. Diria mesmo que as limitações com que me confrontei durante a redação do meu projeto são um exemplo direto de como estas iniciativas são descartadas. Isto deve, e pode, mudar.

CONCLUSÃO

Este estágio nasceu do meu desejo de estar diretamente envolvida com a nossa comunidade. Mesmo que a experiência tenha sido marcada por pontos positivos e negativos, posso dizer com confiança que aprendi o suficiente para me permitir assumir futuras iniciativas, relacionadas com a ajuda comunitária, com foco nas experiências das mulheres e na redação de projetos.

Através de cada evento em que participei e de cada experiência que vivi, fiquei cada vez mais familiarizada com o que se passa nos bastidores das associações que trabalham para ter um impacto positivo na nossa sociedade. Aprendi e ouvi pessoas de todo o mundo, de Espanha à Palestina, e não podia estar mais grata por ter feito essas preciosas ligações.

Com o meu mestrado, pude pôr em prática o que já tinha ouvido nas aulas académicas. Como o mundo é diferente de mulher para mulher e como as mulheres não são definidas apenas pelo seu género. A intersecção de todas as formas de existência, da classe, etnia, religião, sexualidade, entre outras, desempenha um papel na forma como estas mulheres são percecionadas e possivelmente excluídas pela sociedade. Nas comunidades em que me concentrei, estas mulheres são obrigadas a assumir responsabilidades que nem mesmo a sua força hercúlea consegue suportar, e o facto de estarem afastadas do conjunto da nossa sociedade só serve para aumentar a discriminação que enfrentam.

Através do meu estágio, pude testemunhar as dificuldades que as organizações não governamentais enfrentam para aprovar projetos humanitários e como é difícil aproximar estas mulheres das entidades governamentais, como a Câmara Municipal de Loures. É, no entanto, a consequência do abandono destes bairros e do facto de os deixarmos entregues a si próprios. É indispensável aumentar o financiamento destes projetos e promover a participação das ONG's e de profissionais que garantam a continuidade destas iniciativas.

Reconheço, no entanto, que o estatuto das mulheres nestas comunidades está ligado a algumas diferenças culturais e que inverter a sua sujeição não é tarefa fácil, como se pode constatar na falta de igualdade na nossa sociedade. É essencial acompanhar estas mulheres e desconstruir os papéis de género no seio das suas famílias, para que as mesmas possam reivindicar um mínimo de controlo sobre os seus próprios seres.

Para terminar, gostaria de manifestar o meu pesar pela forma como este projeto foi conduzido. Não tendo experiência nestas atividades, não sabia como se escreviam projetos quando estava a elaborar o meu. Só agora, depois de tudo dito e feito, é que compreendo que um projeto não se escreve, mas vai-se construindo e desenvolvendo lentamente, com um grupo de trabalho e investigação, sobretudo quando se trata de um tema tão sensível como o que eu queria abordar.

As organizações mais pequenas lutam para encontrar recursos, isto foi algo que testemunhei não só no local onde realizei o meu estágio, mas também em todo o tipo de associações, durante conversas com os seus representantes, mas uma crítica que tenho a fazer a estas entidades é que nós, como pessoas, como aliados, não devemos subestimar o número de recursos humanos que são praticamente consumidos por algumas organizações. Há quase uma falta de envolvimento adequado com os nossos próprios ideais porque temos de produzir resultados, temos de correr atrás de projetos que provavelmente irão falhar porque precisamos dos recursos, precisamos do dinheiro. Quando procurei fazer um estágio, não o fiz para satisfazer interesses pessoais ou de carreira, mas para crescer como aliada e como ser humano, no entanto, aquilo com que fiquei depois de encerrar este capítulo foi algo desprovido de paixão, desprovido de esforço revolucionário e de objetivos coletivos. Foi desolador, mas também me deu vontade de fazer melhor e de ser melhor. A mudança tem de começar em algum lado, e eu estou sempre disposta a aprender.

BIBLIOGRAFIA

Adichie, C. N. (2009). The Danger of a Single Story [Video]. Youtube. Em *TED*.
<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>

AEQUALITAS. (n.d.). *Página inicial*. <http://aequalitas.pt/en/>

AEQUALITAS. (2023, 19 de janeiro). Arte no Bairro [Vídeo]. Youtube.
<https://www.youtube.com/watch?v=Uu4zXAOy1Zs>

Aguiló, A., & Lopes, A. (2022). *Injustiças epistêmicas: relatos e práticas de resistência epistemológica e política das mulheres afrodescendentes da área metropolitana de Lisboa*.

Arya, R. (2021). Cultural appropriation: What it is and why it matters? *Sociology Compass*, 15(10). <https://doi.org/10.1111/soc4.12923>

Brito Vieira, M., & Carreira da Silva, F. (2013). Getting rights right: Explaining social rights constitutionalization in revolutionary Portugal. *International Journal of Constitutional Law*, 11(4), 898–922. <https://doi.org/10.1093/icon/mot047>

Bah, F., & Kagotho, N. (2024). “If I don’t do it, no one else will”: Narratives on the well-being of Sub-Saharan African immigrant daughters. *Affilia*, 39(2), 229–244.
<https://doi.org/10.1177/08861099231183667>

Bernardino, S., Martinho, A. L., Salazar, H., Fernandes, J. C., Gomes, J. Q., Silva, M., & Fernandes, T. P. (2023). *Práticas de Integração de Mulheres Migrantes*. Edições CEOS.
<https://doi.org/10.56002/ceos.0079b>

Butler, J. (1990). *Gender Trouble*. Routledge.

Brown, T. L. (2018, August 24). *Celebrate Women’s Suffrage, but Don’t Whitewash the Movement’s Racism*. American Civil Liberties Union.
<https://www.aclu.org/news/womens-rights/celebrate-womens-suffrage-dont-whitewash-movements-racism>

Carreiras, M. G. (2018). *Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: evidências de micro segregação*. *Finisterra*, 53(107).

Carvalho, F. (2018). Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das percepções dos moradores do Bairro Social do Sobreiro.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>

Doharty, N. (2019). The “angry Black woman” as intellectual bondage: being strategically emotional on the academic plantation. *Race Ethnicity and Education*, 23(4), 1–15. <https://doi.org/10.1080/13613324.2019.1679751>

Christoffersen, A., & Emejulu, A. (2022). “Diversity Within”: The Problems with “Intersectional” White Feminism in Practice. *Social Politics: International Studies in Gender*, 30(2), 630–653. <https://doi.org/10.1093/sp/jxac044>

Erasmusly. (s.d.). *European youth community radio Erasmus+ project*. <https://www.erasmusly.com/european-youth-community-radio-erasmus-project-14787.html>

Etti, M., Yuan, M., & Bump, J. B. (2023). Sun, skin and the deadly politics of medical racism. *BMJ Global Health*, 8(8), e013616–e013616. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2023-013616>

Farooqi, F., Sk, M., Saluja, V., Yamang, C., & Srivastav, A. (2023). *Reading between the Lines: Subtext in English Literature*. 16(5), 2581–3986. [https://punjabiacademydelhi.com/publication/admin/uploads/147%2030_Reading%20Between%20the%20Lines%20\(50\)-english-2_Farhana.pdf](https://punjabiacademydelhi.com/publication/admin/uploads/147%2030_Reading%20Between%20the%20Lines%20(50)-english-2_Farhana.pdf)

Fernandes, M. (2023). *Vivências e dinâmicas relacionais no bairro social: o Educador Social como agente de intervenção comunitária*. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/29325/1/M%c3%a1rcia%20Rafaela%20Alves%20Fernandes%20%5b38336%5d.pdf>

Figueira, R. (2018, 13 dezembro). Do Aquarius para o Fundão, histórias de refugiados da Eritreia. Euronews. <https://pt.euronews.com/2018/12/13/do-aquarius-para-o-fundao-historias-de-refugiados-da-eritreia>

Garber, E. (2020, 30 novembro). The White Savior Complex. Contemporary Racism. <https://contemporaryracism.org/123261/the-white-savior-complex/>

History.com Editors. (2017, November 10). *Seneca Falls Convention*. HISTORY. A&E Television Networks. <https://www.history.com/topics/womens-history/seneca-falls-convention>

Hulley, J., Bailey, L., Kirkman, G., Gibbs, G. R., Gomersall, T., Latif, A., & Jones, A. (2022). Intimate partner violence and barriers to help-seeking among Black, Asian, minority ethnic and immigrant women: A qualitative metasynthesis of global research. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(2), 1001–1015. <https://doi.org/10.1177/15248380211050590>

Machado, F. L. (1994). Luso-africanos em Portugal: Nas margens da etnicidade. *Sociologia e Práticas*, 16, 111–134. <http://hdl.handle.net/10071/925>

Machado, F. L., & Matias, A. R. (2006). Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica. *CIES E-WORKING PAPER*, Nº 13/2006. <https://doi.org/1647-0893>

Mccurdy, D. W., Shandy, D. J., & Spradley, J. P. (2016). *Conformity and conflict: readings in cultural anthropology*. Pearson.

Sassen, S. (2003). The feminization of survival: Alternative global circuits. In M. Morokvasic, U. Erel, & K. Shinozaki (Eds.), *Crossing borders and shifting boundaries* (Vol. 10, pp. 59–77). VS Verlag für Sozialwissenschaften. https://doi.org/10.1007/978-3-663-09529-3_4

Reis, A. P. (2019). Gravidez na adolescência na região de Lisboa: cultura ou literacia em saúde? *Universidade Aberta*. <http://hdl.handle.net/10400.2/8530>

RTP. (2021, 30 setembro). *Estudo aponta para dificuldades dos imigrantes na gestão da própria saúde em Portugal*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/estudo-aponta-para-dificuldades-dos-imigrantes-na-gestao-da-propria-saude-em-portugal_n1352679

VIII Seminário: Equidade e Inclusão ERASMUS+. (2023, 22 novembro). [Www.youtube.com. https://youtu.be/VLYpdxSDS_A](https://youtu.be/VLYpdxSDS_A)

Santos, B. S. (2009). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In H. Murgel Starling et al. (Eds.), *Sentimentos do mundo: Ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG* (pp. 77-128). Belo Horizonte: UFMG.

Taylor, E., Gillborn, D., & Ladson-Billings, G. (2016). *Foundations of critical race theory in education*. Routledge.

W. James Potter. (2019). *Media literacy* (9ª edição.). Sage Publications, Inc.